



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 159ª reunião, realizada em 19 de março de 2014

1 Em 19 de março de 2014, reuniu-se o Plenário do Conselho Estadual de Política
2 Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes
4 conselheiros titulares e suplentes: o presidente Adriano Magalhães Chaves, Paulo Afonso
5 Romano / Henrique Augusto Reis, Fernando Antônio Freire Vieira / Gerson Barros de
6 Carvalho, Inês Tourino Teixeira, Mila Magalhães Ribeiro, Marcela Lencine Ferraz,
7 Adriana Machado Rodrigues Cardoso, Tales Heliodoro Viana / Ronan Andrade Nogueira,
8 Antônio Eduardo Macedo Soares de Paula Leite Júnior, José Luiz de Lima, Armando
9 Leonardo Linhares Araújo, Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Marco Túlio Simões Coelho e
10 Licínio Eustáquio Mol Xavier – representantes do poder público; José Luis de Magalhães
11 Neto, Carlos Alberto Santos Oliveira / Ana Paula Bicalho de Mello, Alberto José Salum,
12 Wagner Soares Costa, Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, João Carlos de Melo,
13 Otimar Ferreira Bicalho, José Antônio da Cunha Melo, Maria Dalce Ricas, Tobias Tiago
14 Pinto Vieira, Luiz Henrique Martins, Fernanda Carla Wasner Vasconcelos, Marília
15 Mendes Alves e Tarcísio Walter Gotelipe Reis – representantes da sociedade civil.
16 **Assuntos em pauta.** 1) **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino
17 Nacional Brasileiro. 2) **ABERTURA.** **Presidente Adriano Magalhães Chaves:** “Como
18 eu disse na reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, recentemente, nós
19 devemos ter um ano atípico. Além da Copa do Mundo e da eleição, que por si só já trazem
20 um ano diferenciado, a questão de água tem nos preocupado enormemente. Os senhores
21 têm acompanhado, e recentemente discutimos esse tema na Cemig, inclusive, a Zuleika
22 (presidente da FEAM) organizou para nós um debate mais específico sobre o setor
23 elétrico, com representante da Cemig especialista no setor elétrico brasileiro, para
24 percebermos a situação gravíssima pela qual passamos. Hoje no Sul de Minas, uma região
25 em que nunca podíamos imaginar, há muitas e muitas propriedades sem uma gota d’água,
26 sistemas secando, pequenas nascentes secando. Isso sem falar na situação do Norte, do
27 Jequitinhonha, do Mucuri, que é uma situação muito atípica para o Estado de Minas
28 Gerais. Isso aumenta muito a responsabilidade deste Conselho, principalmente junto com
29 o Ibama, o Ministério Público, a Polícia de Meio Ambiente, principalmente no tema
30 relativo ao combate ao desmatamento. Esse é um tema com que nós temos trabalhado
31 arduamente. Estamos com uma grande frente no combate, principalmente, ao
32 desmatamento de mata atlântica, com equipes constantes, entre 12 e 16 equipes
33 continuamente fazendo o trabalho de fiscalização nos 20 municípios com maior índice de
34 desmatamento no Estado. Gostaria de compartilhar com este Conselho que possivelmente
35 nós vamos ter que discutir situações especiais, até mesmo do ponto de vista normativo,
36 porque nós vamos enfrentar com o setor produtivo, a agricultura... Já fui procurado por

37 diversas lideranças regionais sobre a situação caótica da agricultura em algumas áreas do
38 Estado. O senhor (secretário Paulo Romano) tem acompanhado a safra de milho, por
39 exemplo, tendo no ano 50 a 60 cm de altura, ou seja, além de não produzir milho, não
40 produz nem a silagem suficiente para a agricultura no período seco. Se tudo der certo, se
41 avizinha um ano muito difícil para nós, e nós vamos precisar muito da contribuição, da
42 colaboração e da ajuda deste Conselho para tomar algumas decisões.” 3)
43 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS. Conselheiro**
44 **Antônio Eduardo Macedo Soares de Paula Leite Júnior**: “Só reforçando essa
45 preocupação, há cerca de 15 dias, nós tivemos a ter paralisações de indústrias em razão da
46 falta de água, da possibilidade de captação de água para produção. Foram problemas de
47 indústrias que têm captação direta; não foi fornecimento da nossa companhia. Mas só
48 demonstra a preocupação extrema com que nós estamos, inclusive em relação à economia,
49 sobre essa questão de recursos hídricos.” **Conselheira Inês Tourino Teixeira**: “Na
50 semana passada teve um seminário muito interessante na Fiemg, foi falado sobre o Código
51 Florestal, e durante eu até fiz uma pergunta dirigida ao diretor Geral do IEF: a questão do
52 Atlas da Biodiversidade. Em algum momento aqui nos últimos anos foi falado em
53 atualização do atlas que foi realizado em parceria com a Fundação Biodiversitas? Porque
54 ele é como uma referência para a questão dos biomas, da política florestal do Estado. Eu
55 tenho essa impressão de que já ouvi aqui – não sei se neste Conselho ou no âmbito do
56 Sisema – sobre haver um programa para ser atualizado. A segunda pergunta é sobre o
57 Plano de Biodiversidade do Estado. Há algum tempo o Sisema, o IEF, encaminhou para as
58 instituições alguns questionamentos, uma pesquisa para respondermos. Eu mesma
59 respondi e me lembro de que fiz contato com o IEF, há cerca de um ano ou dois anos. O
60 plano está sendo elaborado?” **Presidente Adriano Magalhães Chaves**: “Com relação ao
61 Atlas, é uma ferramenta que foi elaborada pela sociedade, coordenado pela Biodiversitas,
62 e foi aprovada por este Conselho, por uma resolução de 2002, como uma ferramenta de
63 política pública; continua sendo aplicado. Recentemente, a Biodiversitas tinha iniciado
64 uma revisão, uma atualização desse atlas, que, com certeza, é uma ferramenta que soma
65 muito no nosso dia a dia como orientação de política pública, mas, infelizmente, por
66 questões de convênio – me parece que entre a Biodiversitas e a Petrobras, por corte de
67 recursos –, não conseguiu dar continuidade à atualização do Atlas. Inclusive, nós estamos
68 conversando com a Biodiversitas tentando buscar outras fontes de recursos para que ela
69 possa dar continuidade. De qualquer forma, nós estamos conversando com a Ufla. Ontem,
70 eu tive até uma conversa por telefone com o doutor Carlos Eduardo (representante do
71 Ministério Público) sobre uma parceria com a Ufla, para trazermos o ZEE para uma escala
72 mais adequada, considerando que hoje ele está numa escala muito ampla. Na prática, se
73 olharmos o modelo de implementação do ZEE, é uma tradução do Atlas com um pouco
74 mais de camadas, com um pouco mais de temas a serem tratados. O conceito é quase o
75 mesmo, só que a vantagem do ZEE é porque, como é uma ferramenta já georreferenciada
76 com uma base de dados, ele facilita a utilização no dia a dia, até para se identificar áreas.
77 Só que ele está numa escala muito grande. Para que ele esteja numa escala mais usual, nós
78 estamos trabalhando com o Ministério Público e vamos, no mês de março ou no início de

79 abril, fazer um bom acordo com a Ufla para colocarmos algumas ferramentas que são
80 importantes para a questão ambiental e que possamos implementá-la junto com o
81 Sisemanet, que é outra ferramenta. Nós precisamos integrar essas ferramentas todas ao
82 Sisemanet. Nós esperamos concluir esse trabalho de forma que tenhamos isso ainda em
83 2014.” **Conselheira Maria Dalce Ricas**: “Em fevereiro de 2009 – o Aécio Neves era
84 governador e o Anastasia, vice-governador – teve um encontro no Parque do Rio Doce.
85 Estavam o governador, o vice-governador e o José Carlos (então secretário de Meio
86 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável). Entre as coisas que eles prometeram uma foi a
87 atualização do Atlas. Entrou este governo, e eles continuaram prometendo e nunca
88 fizeram nada, nem o governo atual nem o governo anterior. O Atlas foi feito por
89 encomenda do Estado. Na verdade, a Biodiversitas coordenou, mas o trabalho é do
90 governo do Estado. Naquela época, eles prometeram fazer um inventário de fauna, porque
91 o Atlas está muito focado na questão florestal e não tem precisão de detalhes técnicos nem
92 de limites, o que levou o setor produtivo, através da Fiemg, a praticamente boicotar que
93 aquilo fosse realmente utilizado como instrumento de política ambiental. E me desculpe,
94 secretário: eu acho que ele não é aplicado. A aplicação dele, no máximo, é assim: ‘Esta
95 área está integrada numa zona considerada prioritária para conservação da biodiversidade.
96 Defina-se o processo de desmatamento’. Isso ficou comprovado no Código Florestal,
97 quando a Assembleia Legislativa, com a omissão do governo, permitiu que praticamente
98 se retirasse todas as proteções dessas áreas com a promessa de que esse atlas realmente
99 seria atualizado. Tomara que o secretário tenha razão e que isso aconteça neste governo,
100 mas eu não acredito. No ano passado, quando estourou o que eu considero um escândalo,
101 que Minas Gerais foi, pela quarta vez, campeão de desmatamento da mata atlântica, o
102 governo do Estado, em agosto, anunciou um plano excepcional de proteção da mata
103 atlântica; seria feita uma reunião a cada dois meses, e foi feita uma reunião. Nessa
104 reunião, nós perguntamos qual era a participação da Emater e do IMA no que se refere à
105 real proteção da mata atlântica, num projeto que é um projeto destruturador. Chama-se
106 projeto estruturador, mas é um projeto destruturador do cerrado, da mata atlântica. Hoje
107 à tarde tem uma reunião da COPA Noroeste. Para se ter uma ideia, será autorizado
108 certamente o desmatamento de 1.000 hectares do cerrado. Em cada reunião da COPA, são
109 mais 1.000, mais 700, mais 500. Depois, secretário, não adianta. Fiscalização é
110 importante, concordo com o que você falou antes, mas sem política de proteção da água
111 não adianta, a situação vai piorar cada vez mais. Nós estamos agora – o secretário,
112 inclusive, despachou determinando fiscalização urgente – tentando que o Estado faça
113 alguma coisa. Para se ter uma ideia, o rio Peruaçu secou dentro do Parque Estadual
114 Veredas do Peruaçu. As nascentes completamente protegidas, porque o parque é uma
115 maravilha. Secou porque um bando, os chamados ‘Paulistas’, que pegaram terras que a
116 Ruralminas entregou para uma empresa chamada Buritys – nós nunca conseguimos que
117 ninguém investigasse – cavou tantos poços artesianos, que puxaram a água; e as nascentes
118 do rio secaram. O rio Peruaçu secou, literalmente. Que política de proteção das águas é
119 essa se com isso nós vamos ficar sem água realmente? Não tem jeito. Secretário, na última
120 vez que eu conversei com você no telefone, você disse que o COPAM, inclusive, poderia

121 propor pautas. Eu queria, então, pedir duas pautas aqui. Eu queria propor o seguinte: se ao
122 setor produtivo não incomoda, a nós incomoda a postura do governo de sequestrar o
123 recurso da compensação. Eu queria, então, que o governo do Estado apresentasse a este
124 Plenário a situação realmente do recolhimento dos recursos da compensação, do total
125 recolhido, do total que foi aplicado, dos projetos técnicos que já foram terminados e que
126 estão esperando recursos para a desapropriação dos parques. Porque nem os parques, que
127 protegem os mananciais importantes neste Estado, estão sendo protegidos pelo governo
128 devidamente; alguns estão em situação de penúria. E acabamos de tomar conhecimento de
129 que os prefeitos de algumas regiões, das cidades da região metropolitana, de Brumadinho,
130 aliados ao setor imobiliário, estão pressionando para rever o Plano Diretor do Parque do
131 Rola Moça e mudar a zona de amortecimento para que eles possam lotear com mais
132 tranquilidade. Essa é a política de proteção das águas do Estado. São ações pontuais, não
133 tem projeto e não tem metas. Infelizmente, essa é a realidade. Então, eu queria propor essa
134 pauta, secretário, para apresentação dos recursos da compensação juntamente com a
135 situação das Unidades de Conservação do Estado, do que elas precisam e do que elas não
136 precisam. Eu sei que não vai poder ser uma apresentação de 4 horas – o assunto é muito
137 longo –, mas que pelo menos sejam dadas informações mínimas sobre isso. Agora o
138 governador sai, e nós continuamos com os recursos da compensação e do Bolsa Verde
139 todos sequestrados. Eu lamento, inclusive, que as empresas que recolhem os recursos da
140 compensação não nos ajudem a cobrar a aplicação desses recursos.” **Conselheiro Tobias**
141 **Tiago Pinto Vieira**: “Primeiro eu queria concordar com o senhor quanto à questão da
142 água. Realmente é muito preocupante em Minas Gerais. Inclusive, em Paracatu,
143 geralmente chove 1.400 mm, 1.300, e neste ano só 750. Realmente é uma situação bem
144 complicada. Nós tínhamos chuvas noturnas de 140 mm e neste ano não tivemos uma de
145 80. Então, realmente estamos numa situação bem difícil. A sorte nossa é que temos
146 conseguido conscientizar muita gente para cercar ainda muitas nascentes, com um
147 convênio que nós fechamos com o Movimento Verde. Com material de 15 km de cerca
148 nós conseguimos cercar mais de 30 nascentes que estavam em situações preocupantes
149 demais. E temos conseguido até parcerias com os próprios produtores para eles fazerem a
150 cerca e nos ajudar na execução do trabalho. Aproveito esse gancho para fazer novamente
151 o pedido que eu fiz na última reunião para criarmos um Grupo de Trabalho neste
152 Conselho, para criarmos novas diretrizes para os próprios municípios que estiverem
153 fazendo manutenção das estradas rurais terem normas a seguir. Porque já tem estudos
154 comprovados que dizem que 70% de morte de corpo d’água são provenientes de estrada
155 rural, porque as prefeituras vêm fazendo as manutenções de estradas de qualquer forma e
156 deixando áreas de extração de cascalho de qualquer maneira, jogadas aos trapos, de forma
157 que não tem recuperação dessas áreas, não tem estabilização do corpo, da caixa da
158 estrada. Então, nós precisamos criar essas normas, tanto tecnicamente quanto
159 juridicamente, para as prefeituras fazerem um trabalho melhor, com redução de
160 carreamento de material sólido para os corpos de água.” **O presidente Adriano Magalhães**
161 **Chaves** propôs – e foi acatado pelo conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira – solicitar ao
162 DER e à Emater para preparar um documento, a ser discutido e deliberado pelo Plenário,

163 como referência para a atuação dos municípios. **Presidente Adriano Magalhães Chaves:**
164 “Conselheira Dalce, com relação aos seus dois temas, apesar de termos sempre mostrado a
165 situação da compensação na Câmara de Proteção à Biodiversidade, eu acho prudente
166 também o Conselho tomar conhecimento de tudo o que foi arrecadado, e apresentaremos
167 na próxima reunião do Conselho.” **Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier:** “O item
168 8 da pauta faz um comentário no título: Plano de Energia e Mudanças Climáticas. A
169 Associação Mineira de Municípios (AMM) preparou para este ano dez inserções em
170 regiões específicas no Estado de Minas Gerais. Dentro de uma programação prevista na
171 área de meio ambiente, nós tivemos o prazer de um convívio próximo, em janeiro
172 passado, com a doutora Zuleika (presidente da FEAM), na sede da AMM, junto com
173 outros colegas e parceiros da SEMAD. Em Uberlândia, no dia 28 próximo, dentro de uma
174 programação com oito assuntos, dois dos assuntos referem-se à participação do Estado.
175 Pela FEAM, Felipe Nunes fará comentários sobre o Plano de Energia e Mudanças
176 Climáticas. Celso Constantino e Ana Paula, da SEMAD, irão tecer comentários a respeito
177 da Lei Complementar nº 140. Eu quero deixar em público que a partir de março estaremos
178 atendendo regiões específicas em Minas Gerais, sobretudo nas microrregionais.”
179 **Conselheiro Paulo Afonso Romano:** “Nós somos muito impelidos por crises, mas a
180 agenda que está passando da hora de olharmos com mais cuidado é essa que vê a
181 multiplicidade, a diversidade. Quando se fala em mudança climática, nós temos tudo
182 muito mais complexo. Eu volto a insistir para olharmos o território, que já na própria lei e
183 nas diretrizes define a bacia hidrográfica, para fazermos um planejamento operacional.
184 Percebemos que as pessoas estão em regime de perplexidade, de um lado, e do outro
185 algumas com indignação; não veem posicionamentos claros e não têm capacidade própria
186 de se movimentar. Eu acho que nós estamos num momento dramático, num certo sentido,
187 mas muito rico como oportunidade para fazermos pautas para Comitês de Bacia. Muitas
188 pautas são vazias ou pouco eficientes. E nas próprias Agências de Bacia. Do lado do
189 Estado, nós estamos aqui no Conselho, e eu acho que é o momento de também
190 destravarmos os investimentos. Nós temos argumentos suficientes para dizer que alguns
191 investimentos que o Estado faz – e também a União e os municípios – têm de derivar para
192 a questão maior da sustentabilidade. Não estou falando só do ambiental, da água, mas da
193 sustentabilidade. A minha sugestão é valorizarmos instrumentos que já estão prontos e
194 estão sendo elaborados. Hoje os conselheiros terão oportunidade de ver aqui a nossa
195 proposta de metodologia de Zoneamento Ambiental e Produtivo (ZAP), que é do governo
196 e nasceu na Agricultura, dentro da perspectiva de ordenamento do processo de uso da
197 água, não só para a irrigação, mas uso múltiplo, em territórios críticos de irrigação, e
198 evoluiu para um instrumento de gestão de território. É importantíssimo trabalhar com
199 proteção de nascentes, mas nascente não é um ser autônomo, já é uma resultante. Em
200 termos de território, é tão importante proteger nascente – estrada é fundamental –, fazer a
201 conservação florestal e da biodiversidade, mas é fundamental a mudança de
202 comportamento no manejo do solo. Essa é uma agenda que queremos trazer para dentro da
203 Agricultura, mas os agricultores não estão devidamente preparados. É uma oportunidade
204 excelente para elevarmos o patamar político para os investimentos necessários. Não se

205 trata de o Estado investir para resolver tudo, mas investir na mobilização, na capacitação.
206 No caso de estradas vicinais, está sob a responsabilidade do município. Então, é preciso
207 haver um programa integrado. Essa é a proposta, e fica um apontamento nosso de que esse
208 instrumento que vai ser apresentado hoje aqui possa ter a chancela do COPAM. Sob sua
209 liderança, secretário, está sendo encaminhado para o governador, para se transformar em
210 instrumento do Estado, através de um decreto institucionalizando esse Zoneamento
211 Ambiental e Produtivo. Antes de terminar este governo, poderíamos deixar uma
212 plataforma benfeita e ampla e começarmos a executar o que for possível. O que não for
213 possível agora, que fique como proposta consistente para o governo futuro.” **Conselheiro**
214 **Eduardo Antônio Arantes do Nascimento**: “Eu queria manifestar a minha concordância
215 com as manifestações da Maria Dalce e do secretário Paulo Romano e acrescentar uma
216 ponderação sobre o que foi dito da questão da COPA, que autoriza o desmatamento. Eu,
217 inclusive, participo da COPA na grande BH, e a ponderação é no sentido da observação
218 das limitações de uma COPA, os limites e os comandos estabelecidos pela legislação. Em
219 um determinado processo, recentemente, uma autorização de pesquisa para uma
220 mineradora, eu e o representante da Emater nos manifestamos contra, mas a legislação
221 permite. Autorizando pesquisa e com o andamento do processo, sabemos do impacto que
222 vai ser criado, mas a presidenta da Comissão, do IEF, corretamente, alertou que seria
223 obrigada a adotar a postura compatível com a legislação. Além de tudo, a nossa
224 legislação, ao contrário do que se fala, é extremamente frágil. Na questão de
225 planejamento, ao lado de todos esses instrumentos que possam ser estabelecidos para
226 informar esses processos – que são também de ocupação territorial –, a meu juízo era
227 preciso que o governo tivesse uma postura diferente, mais de garantia de sustentabilidade.
228 Quando a Codevasf, numa determinada época, quis dar sequência à aventura da
229 transposição do São Francisco e queria construir cinco barragens, vindo do Noroeste até
230 Curvelo, o então governador Aécio Neves discordou. Isso é o poder do Estado e muitas
231 vezes não tem sido tomado. O processo, por exemplo, de mineração em Minas Gerais não
232 é conduzido no interesse público, mas nos interesses privados. Qualquer empreendimento
233 é licenciado. O empreendimento da Anglo em Conceição do Mato Dentro mostra que se
234 consegue licenciar qualquer coisa, adotando certos procedimentos. Além do que o doutor
235 Paulo Romano e a Maria Dalce falaram, é preciso haver uma mudança também em termos
236 de Estado, de visão de planejamento, que se coloque no centro desse planejamento a
237 busca da sustentabilidade e do interesse público. Mineração no Brasil, por exemplo, não é,
238 a meu juízo, uma questão de interesse público, é uma questão nitidamente de interesse
239 privado.” **Presidente Adriano Magalhães Chaves**: “Quando o senhor cita a questão da
240 COPA e o grande número de autorizações de desmatamento, lembramos que isso é um
241 processo de amadurecimento até das metodologias e da forma de gestão. Por reclamação
242 da frente ambientalista coordenada pela Amda, em diversas reuniões, que sempre bateu na
243 questão da COPA, uma das iniciativas que tivemos foi reduzir as COPAs de 53 para nove.
244 E podemos ver que já houve uma redução do índice de desmatamento. Em todas as
245 COPAs anexamos as planilhas para mostrar, para cada empreendimento, qual é o bioma
246 envolvido, o que tem de APP e de reserva legal. Encaminhamos, por solicitação formal da

247 Amda, recentemente, de acordo com a Lei de Informações, todos os desmatamentos feitos
248 nesse período, e recomendo apresentarmos na próxima reunião do COPAM. Nós estamos
249 com um grupo aberto, com participação do Ministério Público, Amda, Sindiextra, Fiemg e
250 diversos outros parceiros, inclusive a Seapa, discutindo a questão do cerrado. Estamos,
251 num primeiro momento, fechando uma proposta para o cerrado dentro da mata atlântica,
252 tentando definir os estágios do cerrado, e prolongamos o grupo para a definição do
253 cerrado fora da mata atlântica. Caberá a este Conselho definir as regras que vamos querer
254 colocar para o desmatamento do cerrado, em seus diversos estágios. Lembrando que hoje
255 na legislação, infelizmente, não há proteção desses biomas. Tivemos uma conversa
256 recente com o secretário José Silva – está aqui a equipe da Agricultura, e o Ministério
257 Público tem sido grande parceiro nessas discussões. A nossa proposta é no sentido de
258 liberação e facilitação das atividades de agricultura em áreas comprovadamente
259 antropizadas, sem desmatamento. Em compensação, definir regras claras para agricultura
260 e silvicultura naquelas áreas que porventura tenham desmatamento, principalmente com o
261 olhar na fauna. Cabe a este Conselho definir, após a proposta desse Grupo de Trabalho do
262 cerrado, quais regras queremos ter. Não defendendo a mineração e nenhum outro setor – é
263 uma constatação –, vamos ver que nessas COPAs que tivemos agora, do Norte, Noroeste e
264 Jequitinhonha, nas tabelas dos quantitativos, a maioria é de silvicultura, agricultura e
265 agropecuária. Hoje o desmatamento está acontecendo basicamente nesses três setores. Eu
266 diria que 80% ou mais nesses três setores. Nós temos que discutir a questão do ZAP, mas
267 tem uma discussão ainda maior com relação aos biomas, que precisam de proteção. A
268 proposta ao Conselho é que até a próxima reunião nós já teremos a conclusão do Grupo de
269 Trabalho dos estágios do cerrado e que possamos apresentar ao Plenário, para que tome
270 uma decisão.” **Conselheira Maria Dalce Ricas:** “Realmente, se for olhar pontualmente, a
271 mineração dá muitos problemas, mas em termos globais a responsabilidade pelo
272 desmatamento da mineração é muito menor. Sem querer defender o setor, é um dos que
273 têm maior exigência, inclusive compensação de 2 por 1. O Zoneamento Econômico-
274 Ecológico seria ferramenta fundamental, pois chegamos a um ponto em que não é só onde
275 tem área desmatada. A área está desmatada, mas determinado tipo de atividade vai
276 interferir, por exemplo, no aquífero, de forma negativa. Na questão do rio Peruaçu, eu me
277 esqueci de falar que esses chamados ‘Paulistas’ – nós pedimos, inclusive, abertura de
278 inquérito civil ao Ministério Público – estão tirando água do subsolo, o que supõe-se que
279 tenha sido responsável diretamente por ter secado o Peruaçu, para irrigar eucalipto. Não
280 tem justificativa econômica tirar água para irrigar eucalipto. É só realmente a questão da
281 iniciativa privada, eu não vejo nenhum interesse social. Nem emprego gera, porque
282 geralmente é tudo mecanizado. E causa um dano ambiental e social da maior gravidade. O
283 rio Peruaçu serve a outras comunidades e sustenta o complexo maravilhoso de cavernas
284 do Parque Nacional do Peruaçu. Furaram poços artesianos ‘adoidado’, e agora eu quero
285 ver se o Estado vai conseguir reverter a situação e mandar fechar os poços para que o rio
286 Peruaçu volte a correr dentro do parque. O Eduardo falou dos instrumentos jurídicos, que
287 ainda são falhos e insuficientes, mas as falhas e insuficiências sempre preenchidas pelos
288 advogados; eles torcem para o lado que querem, inclusive, os da AGE. Se torcerem para o

289 lado do bem, consegue-se também. Por exemplo, os conselheiros sabem o que são
290 COPAs? É uma Comissão Paritária que autoriza desmatamentos não sujeitos a
291 licenciamento. Só que a Resolução 086 do Conama, para dar um exemplo, determina que,
292 mesmo empreendimentos abaixo de 1.000 hectares, se estiverem em áreas consideradas
293 relevantes pelo poder público, como APAs, zona de amortecimento de Unidade de
294 Conservação, mata atlântica, estão sujeitos ao licenciamento. Nas COPAs é comum – não
295 sei se conseguiram parar isso – que os empreendedores fracionem os empreendimentos
296 para que eles fiquem abaixo de 1.000 hectare e a SEMAD não exija o licenciamento. Isso
297 estava sendo uma farrá. O Ministério Público entrevistou, e não sei se essa situação parou.
298 Além disso, a fragilidade dos pareceres jurídico e técnico das COPAs é relevante, é
299 flagrante. A fauna, muitas vezes, não é nem mencionada nos pareceres técnicos. É uma
300 questão complexa, são centenas de solicitações de autorização. Se não chegarmos a um
301 planejamento econômico e ambiental do Estado que facilite o que pode ser atividade
302 econômica e meio ambiente, ou nós contratamos um batalhão de técnicos – e a situação
303 tem se mostrado no sentido oposto – ou nós vamos continuar aqui exprimindo a nossa
304 raiva, a nossa revolta ou a nossa concordância e o nosso apoio neste Plenário e nas
305 câmaras, e vamos continuar assistindo o que está acontecendo no Estado. Eu falei aqui do
306 Parque do Rola Moça, em que há tentativa de prefeitos, para a especulação imobiliária, de
307 mudar a zona de amortecimento. Eu aposto que para muita gente e muitas instituições,
308 inclusive do Estado, vai entrar num ouvido e sair no outro.” **Presidente Adriano**
309 **Magalhães Chaves**: “Quando incluirmos na pauta a apresentação das ações da COPA e
310 também as autorizações que tiveram nos processos de licenciamento, vamos solicitar um
311 levantamento também de todos aqueles processos que foram convocados ao
312 licenciamento.” **Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira**: “Eu quero fazer uma
313 defesa veemente do instituto da COPA, dos objetivos e da forma de trabalho. Eu,
314 pessoalmente, fui conselheiro, como o Eduardo, na COPA que trata dos assuntos da
315 região Central e sempre vi um zelo muito grande dos técnicos do Sistema de Meio
316 Ambiente, uma atenção muito grande à legislação. Eu vi processos para remoção de
317 vegetação de menos de meio hectare para construção da casa do dono do terreno e uma
318 discussão que demorou uma hora, uma hora e meia. Então, eu não acho que a COPA seja
319 uma coisa avacalhada, eu acho que é um instituto que cuida muito bem das suas
320 obrigações de autorizar a supressão de vegetação, o que é sempre um procedimento
321 difícil, delicado e cuidadoso. Eu faço aqui a defesa da COPA e acho que o Sistema de
322 Meio Ambiente está muito bem servido com esse instituto. Eu gostaria também de fazer
323 um comentário a respeito da compensação ambiental. É um instrumento que apareceu na
324 Lei do Snuc, no ano de 2000, que em determinado empreendimento, com determinado
325 grau de potencial poluidor, propicia um pagamento adicional de determinado valor cujo
326 pagamento tem a finalidade de resolver questões relativas a essas áreas determinadas para
327 serem Unidades de Conservação; a regularização fundiária. Em Minas Gerais e no Brasil
328 todo, durante muito tempo, criava-se a Unidade de Conservação e não se regularizava
329 com a devida indenização ao proprietário. Então, não era nem Unidade de Conservação
330 nem área produtiva; ficava naquele limbo. Inteligentemente apareceu esse instituto da

331 compensação ambiental. Só que o governo de Minas contingencia essa compensação
332 ambiental, ou seja, o empreendedor recolhe ao governo o valor da compensação, que
333 deveria servir para regularização fundiária e melhoria das Unidades de Conservação, mas
334 o governo contingencia, e isso já virou uma calamidade pública. Quanto à exposição dos
335 valores arrecadados, nós gostaríamos de saber também dos valores aplicados, neste
336 Conselho Estadual de Política Ambiental. Lá na Câmara de Proteção à Biodiversidade nós
337 não sabemos mais o que fazer. Então, que o governo apresente o que vai acontecer com
338 esse dinheiro já recolhido e que foi contingenciado, pois nós não sabemos se realmente
339 irão servir para regularização fundiária e melhoria das Unidades de Conservação. A
340 respeito da manifestação do senhor secretário, quando disse que o desmatamento hoje é de
341 responsabilidade da agricultura e da pecuária, falando desse jeito eu vou acreditar, como a
342 sociedade acreditava até pouco tempo atrás, que a agricultura e a pecuária são o
343 ‘demônio’ do meio ambiente no Brasil. Eu rechaço veementemente. Da forma que foi
344 falado, a impressão que se tem é que a agricultura e a pecuária continuam sendo o
345 ‘demônio’ do meio ambiente. A aprovação do Código Florestal brasileiro, em Brasília,
346 não foi uma artimanha da frente agropecuária, mas um conjunto de fatores, inclusive das
347 grandes organizações ambientalistas. Esse Cadastro Ambiental Rural não foi objeto da
348 inteligência de determinado técnico, mas veio de um conjunto de pessoas. Então, a
349 mentalidade de que a agricultura é a razão principal da desgraça do meio ambiente está
350 acabando. E acaba no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa de Minas Gerais,
351 que também votou as leis. Por fim, o desmatamento da mata atlântica. Todo mundo sabe
352 que não pode haver desmatamento da mata atlântica. Só em casos especialíssimos, como o
353 camarada ter que desmatar 300 metros quadrados para construir a sua casa; eu acho muito
354 justo. Em todo ano nós somos pegos de surpresa ouvindo que Minas Gerais é líder de
355 desmatamento de mata atlântica. Eu vou procurar saber qual é o critério de aferição desse
356 desmatamento e não consigo entender. Já me falaram até que a colheita de
357 reflorestamento, para carvão vegetal e celulose, é considerada desmatamento. Eu gostaria
358 que alguém me explicasse como é o índice, porque, na hora em que se vai saber o que foi
359 autorizado de desmatamento, é um volume pequeno de área na mata atlântica. Na hora em
360 que conversamos com a Polícia Militar para saber se tem muito desmatamento, multa e
361 fiscalização, também não acontece. A pergunta que fica é qual é o critério de aferição de
362 desmatamento na mata atlântica e se poderia ser feita demonstração desse número aqui no
363 Conselho. Se estamos querendo controlar desmatamento, temos que saber quanto foi
364 desmatado. Se foi desmatado, qual é o critério de aferição?” **Conselheira Maria Dalce**
365 **Ricas**: “A bancada da motosserra, que utilizou o tempo todo a bandeira do pequeno
366 produtor, agora pleiteia que a questão da reserva legal, a questão da recuperação de APPs,
367 seja feita com base nas matrículas dos imóveis, ou seja, tem 10.000 hectares e fraciona em
368 um monte de matrículas, em nome de ‘laranjas’, inclusive, sendo tratados como pequeno
369 agricultor. Se você está preocupado em saber a metodologia, vamos convidar o SOS Mata
370 Atlântica para apresentar, mas, de qualquer maneira, já adiantando que 6.000 hectares foram
371 no Jequitinhonha para plantar eucalipto.” **Presidente Adriano Magalhães Chaves**:
372 “Alguns pontos de preocupação este Conselho tem que começar a analisar, e nós vamos

373 ter que dar algum destino e definir algumas ações em Minas Gerais. Em nenhum momento
374 eu quis responsabilizar ou culpar a agricultura. O que nós vamos apresentar é uma
375 constatação estatística. Nós devemos muito à agricultura brasileira de uma forma geral,
376 mas não podemos nos furtar da discussão em função das constatações estatísticas. Outro
377 ponto, do lado positivo, com relação às COPAs, que muitas vezes a sociedade se recusa a
378 discutir, é que a proporção é mais ou menos esta: para cada 2.000 hectares desmatados
379 nessas COPAs, nós temos averbado de reserva legal mais ou menos 30.000 hectares.
380 Ontem, eu estive com a equipe da Ufla, pessoalmente com o professor Scolfaro, e o nosso
381 Cadastro Ambiental Rural (CAR) está pronto. O governador vai anunciá-lo na Comenda
382 das Águas agora. Nós já tínhamos assinado o acordo com a ministra, em 9 de março, no
383 evento Hugo Werneck, e o governador vai anunciar a utilização do CAR a partir de abril.
384 Eu acho que o CAR traz a vantagem, na análise de averbação da reserva legal, de que nós
385 passamos a ter uma imagem já disponibilizada, cedida pelo MMA, que vai facilitar uma
386 visão mais ampla na hora da alocação da reserva legal. Mas nós não podemos esquecer de
387 que a proporção de reserva legal averbada em relação às autorizações de desmatamento é
388 monstruosa. São significativas, sim, do ponto de vista ambiental. Agora nós temos é que
389 trabalhar na questão dos corredores ecológicos, analisar essas autorizações de
390 desmatamento com uma visão maior para fauna e recursos hídricos, porque o grande
391 impactante e o que motivou, inclusive, o ZAP, foi exatamente um problema sério que
392 temos hoje na bacia do rio Claro. Em 1985, nós tínhamos 95% da cobertura vegetal nativa
393 na bacia, e hoje tem 3%. Comparando as imagens, vemos que onde era floresta, onde era
394 nascente, hoje tem pivô. Não é culpa do Estado, mas hoje lá não tem água para irrigação
395 nem para abastecimento humano nem para geração de energia elétrica das PCHs previstas
396 para o rio Claro. Nas conversas que tivemos com os irrigantes do rio Claro, falamos que
397 só tem um jeito, que nós temos que recuperar a bacia como um todo, com o apoio de
398 deles. Se não houver um projeto de recuperação da bacia, não vai ter água para a
399 agricultura. Aí não é o Estado que vai determinar, porque não existe água disponível. Não
400 adianta só debatermos aqui, nós temos que tirar algumas ações no curto prazo. Eu acho
401 que essa do cerrado, envolvendo a fauna e recursos hídricos, é uma discussão para a nossa
402 próxima reunião, em função da conclusão do Grupo de Trabalho.” **Conselheiro Luiz**
403 **Henrique Martins**: “Além de todos os problemas que estão sendo colocados, eu vejo a
404 degradação pelo descarte ilegal de resíduos e materiais como o maior problema do mundo
405 atual, em todo e qualquer país, Estado e município. Nós temos uma das melhores
406 legislações ambientais do mundo, no entanto, não são seguidas. E não são seguidas por
407 desconhecimento, não falta conscientização das empresas, indústrias e até órgãos
408 públicos. Tem muito órgão público fazendo a mesma coisa que as pequenas, médias e
409 grandes empresas. Mas a destinação ilegal de resíduos de toda natureza é feita pelas
410 pessoas que não possuem integridade moral. Eu não posso caracterizar uma pessoa, um
411 dirigente de uma empresa ou de uma instituição como tendo integridade certa ou de nível
412 se os seus funcionários, se esses líderes permitem essa criminalidade que vem
413 acontecendo, com a degradação não só dos recursos hídricos. Os recursos hídricos estão
414 sendo deliberadamente envenenados, o nosso solo e até o terreno do vizinho, porque as

415 empresas hoje, não querendo aumentar as suas despesas, simplesmente jogam esses
416 materiais e resíduos de qualquer forma em qualquer lugar ou até ilegalmente. Tipo ‘vamos
417 mandar 10% legal, mas 90% é jogado de qualquer forma’. Isso para economizar despesas
418 de uma empresa. Despesas com destinação de resíduos não são nunca inseridas no
419 planejamento de nenhuma empresa. Dificilmente se vê uma empresa que coloca no seu
420 planejamento orçamentário anual a despesa que vai ter para destinar resíduos sólidos,
421 líquidos e gasosos. Então, chega a uma determinada hora de descartes de material e a
422 destinação final nunca é legal e é jogada de qualquer forma. Isso é agravado muito pela
423 falta de fiscalização municipal, estadual e federal. Essas caçambas que vemos nas ruas
424 têm todo tipo de resíduo, de classe 1 à classe 6, inclusive produtos químicos permanentes,
425 e entrando em todo quanto é tipo de aterro sanitário. Em Uberlândia e no Triângulo
426 Mineiro está um caos, e a Promotoria sabe disso, o ouvidor geral e o nosso ouvidor da
427 SEMAD. Não se vê atitude a esse respeito. Fica aqui a nossa contribuição como Agentes
428 Ambientais Voluntários. Nós nos colocamos, inclusive, à disposição desta Secretaria para
429 contribuir com a fiscalização de empresas ou de quem quer que seja, porque temos
430 penetrabilidade em qualquer tipo de local. Entramos em órgãos públicos federal, estadual
431 e municipal e em empresas; não há portas fechadas para nós. Então, podemos muito
432 ajudar nesta área. Não adianta defendermos florestas e os aquíferos sem reter essa
433 degradação, de destinação ilegal de todo quanto é tipo de resíduo. O único recurso que
434 vemos, até dentro do Fórum de ONGs, é a fiscalização e mexer no bolso de quem pratica
435 esse tipo de crime. Eu acho que a melhor maneira é a aplicação da lei, com todas as suas
436 punições.” **Zuleika Stella Chiacchio Torquetti, presidente da FEAM**: “A gestão de
437 resíduos é um dos grandes desafios que temos em Minas Gerais e no país. No caso dos
438 resíduos sólidos urbanos, a grande dificuldade está justamente na falta de recursos
439 humanos e financeiros das prefeituras para promover uma gestão adequada. No ano
440 passado, nós tivemos, em números de municípios que possuem a disposição adequada de
441 resíduos sólidos urbanos, um acréscimo de 4%, mas uma regressão de 18%. Isso
442 demonstra claramente a dificuldade da gestão de resíduos sólidos urbanos nas localidades.
443 Podemos extrapolar esse raciocínio para os resíduos da construção civil e os resíduos de
444 serviços de saúde, que também são de responsabilidade do poder público municipal. Nós
445 temos instrumentos na legislação e ações da FEAM para motivar e controlar essa
446 disposição final de resíduos, mas realmente é uma situação que não depende só de
447 fiscalização. Depende, sim, de engajamento do poder público municipal na solução desse
448 problema. Com relação a outros tipos de resíduos, a nossa política realmente é muito
449 forte, muito avançada, que impõe vários desafios, tanto para fabricantes e produtores
450 quanto para consumidores e comerciantes de resíduos. Nós acreditamos que seja uma
451 questão de tempo, existe um mercado associado a resíduos e isso vai avançar
452 gradativamente no país e em Minas Gerais. Minas ainda é um Estado carente de
453 empreendimentos industriais que possam processar resíduos, mas acreditamos que isso vai
454 mudar ao longo do tempo. E temos alguns instrumentos também para controlar a geração
455 de resíduos na indústria e na mineração, que inclusive são tomados como referência até
456 para proposição das normas federais. Eu gostaria de lembrar que a disposição do resíduo é

457 responsabilidade do gerador, e isso está muito claro na lei. Quem não faz disposição
458 adequada certamente está assumindo os riscos e as consequências dessa ação imprópria.”

459 **Conselheira Maria Dalce Ricas**: “Em Minas Gerais estão finalizando 12 anos de
460 governo dito progressista, mas não teve um instrumento de incentivo à implantação de
461 indústrias que reciclem resíduos. É claro que destinar resíduos não é só para a prefeitura, é
462 preciso realmente de uma política de destinação de resíduos, e esse é um dos pontos
463 cruciais. Mas ninguém tem nenhum privilégio. Agora a indústria automobilística
464 provavelmente deve ter.” **Conselheiro Antônio Eduardo Macedo Soares de Paula Leite**
465 **Júnior**: “Nós temos hoje uma legislação que incentiva fortemente a criação de empresas
466 de reciclagem no Estado, culminada em 2012 com uma última mudança em que se reduziu
467 a praticamente zero o ICMS dessas empresas. Temos tido vários contatos, inclusive, com
468 organismos internacionais, com outros países e províncias, como a Catalunha e no Japão,
469 que têm feito projetos conosco visando à atração desses investimentos em relação a
470 reciclagem de diversos materiais. Existem várias negociações em aberto. A grande
471 questão é que a curva de retorno econômico de diversos projetos desses ainda é muito
472 baixa. Apesar de gerarmos a tributação na maioria desses processos, basicamente apenas
473 os sistemas plástico e metálico apresentam uma curva de retorno de investimento melhor.
474 A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Secretaria da Fazenda, a FEAM e a
475 SEMAD têm discutido profundamente e recebido vários empresários, mas esse tipo de
476 investimento demanda uma garantia de entrega do insumo e um estudo muito profundo e é
477 de maturação demorada.” **Conselheiro João Carlos de Melo**: “O que se vem discutindo e
478 avaliando sobre uma série de segmentos aqui dentro eu acho que deveria ser alicerçado
479 sob um aspecto mais amplo. Há uma necessidade premente do desenvolvimento da
480 sociedade como um todo. Eu conheço boa parte de Minas Gerais, e certas situações que
481 vêm sendo levantadas eu acho que precisariam ser um pouco mais observadas. Eu gostaria
482 de lembrar fatos concretos e dados existentes através de tecnologia bastante viável, em
483 que se identificam certos parâmetros e fenômenos. Observa-se que o desenvolvimento da
484 sociedade como um todo perpassa por uma série de situações, como expansão urbana,
485 sistema viário, sistema agrícola e os outros sistemas mais. No caso específico do setor que
486 o Ibram representa, a mineração, através de levantamentos muito recentes de imagens de
487 satélites de alta resolução, identifica-se no Quadrilátero Ferrífero, uma área em torno de
488 7.000 quilômetros quadrados, que pouco menos de 3% vêm sendo ocupados por
489 mineração desde os tempos remotos. Se ocupa 3% de uma das maiores províncias
490 minerais do mundo e quando se avalia a questão de desmatamento na região Norte do
491 Brasil observa-se que as únicas reservas existentes são aquelas onde as minerações vêm
492 tomando conta, os conselheiros que levantam esses dados precisariam avaliar um pouco
493 mais e ter maior conhecimento sobre isso. As informações estão disponíveis.”

494 **Conselheira Maria Dalce Ricas**: “O Eduardo falou de ICMS zero. O Willer Pos, que foi
495 presidente da FEAM, está tentando montar uma empresa chamada Recicla, para reciclar
496 materiais eletrônicos. Hoje no Brasil o que é recolhido é mandado para a Bélgica. Ele
497 paga 28% de imposto, incluindo ICMS. Caso os senhores tenham interesse, ele poderia vir
498 mostrar a este Plenário a via sacra que está enfrentando para implantar a empresa.”

499 **Conselheiro Antônio Eduardo Macedo Soares de Paula Leite Júnior**: “Existem
500 benefícios fiscais específicos, e tem que ver se ele os requereu. É lógico que existem
501 compromissos e controles quando se fala em reciclagem, dentro de toda uma legislação de
502 controle. Em relação aos demais tributos, que não são estaduais, eu não posso responder,
503 não podemos aqui fazer qualquer tipo de divagação. Agora a legislação existe, é oferecida
504 para quem quer, desde que cumpra os requisitos legais.” **Conselheira Maria Dalce**
505 **Ricas**: “É de surpreender que Minas Gerais tenha praticamente zero de indústria de
506 reciclagem. Eu, por exemplo, desisti de fazer.” **Conselheiro Antônio Eduardo Macedo**
507 **Soares de Paula Leite Júnior**: “Não existe zero de indústrias de reciclagem, podemos
508 fazer ‘n’ considerações aqui, desde resíduos de pneus das indústrias que compram da Vale
509 e utilizam como calçamento para outras aplicações, que existe em Itabira, e ‘n’ outras de
510 plástico. Existem de metais ferrosos. Existem ‘n’ indústrias dentro do setor de reciclagem
511 em Minas Gerais. Com certeza, estamos extremamente longe do que gostaríamos, porque
512 o investimento é privado. O Estado tem que oferecer os meios, mas quem tem que fazer o
513 investimento é o setor privado.” **Conselheiro Wagner Soares Costa**: “A Federação das
514 Indústrias tem dois programas voltados para gestão de resíduos e aproveitamento de
515 resíduos. Um deles é o Programa Simbiose, em que colocamos frente a frente geradores e
516 prováveis consumidores e identificamos quem poderia estar usando o quê do outro. O
517 outro é a Bolsa de Resíduos, que é virtual. Quem tem resíduo oferta, e quem busca
518 resíduos acha naquele encontro. Nós temos tido não é dificuldade, porque na verdade a
519 coisa é muito complexa. Como o secretário de Desenvolvimento disse, a curva de retorno
520 do investimento em reciclagem é muito baixa, o retorno não vem em menos do que 15 ou
521 20 anos. De fato é preciso ter um capital inicial muito forte, mas isso não tem impedido.
522 Nós entramos no Siam e verificamos que tem muita empresa de reciclagem. Infelizmente,
523 são de papel, de plástico, são aqueles que já têm um mercado bem-consolidado. O nosso
524 problema está às vezes em alguns resíduos considerados perigosos e que Minas Gerais,
525 mesmo processados, considera como resíduo, depois que virou produto. Nós temos tido
526 um trabalho muito forte com a FEAM. Já tem dois casos. A área de fundição esteve na
527 CNR, e teve pedido de vista. A ideia era que teríamos uma solução. O outro é o resíduo de
528 aciaria. A CNI contratou uma consultoria internacional para discutir a questão tributária
529 da reciclagem. Nós ficamos impressionados de ver a teia tributária que é esse negócio. Só
530 conversamos sobre ICMS, e esse é o sobrenadante que vemos, mas tem muito mais, uma
531 relação se é o terceiro, se é quem processa, se só recolhe, se só entrega, se trabalha. O
532 sobrenadante nós vemos, o difícil é o de baixo, o que está ali por baixo, se é terceiro, se
533 usa mão de obra terceirizada, se processa ou não processa. É um negócio assustador. Essa
534 é uma dificuldade. Na outra entra a nossa legislação ambiental, que é muito rigorosa. Tem
535 a questão da precaução, que praticamente dificulta qualquer atividade para transformar
536 um resíduo em produto. Tem que ter a certeza de que não vai fazer mal daqui a 100 anos,
537 daqui a 150 anos. Isso dificulta muito a negociação e o aproveitamento. Outro caso é a
538 tecnologia disponível. Muitas vezes a tecnologia que nós estamos utilizando hoje
539 começou a ser idealizada há 20 anos. Eu acho que nós temos que continuar sempre
540 cobrando para que possamos idealizar uma tecnologia hoje, partir para pesquisa, para

541 daqui a 15 ou 20 anos utilizar. Hoje percebemos e acompanhamos na grande empresa uma
542 brusca incessante de tecnologia de reaproveitamento de resíduos, no seu processo ou no
543 processo de outro segmento. Nós temos feito um trabalho muito interessante nesse
544 sentido, e acredito que essas dificuldades levantadas aqui têm que ser debatidas. Não é
545 que seja flexibilidade e criar muitas facilidades, mas temos que achar um caminho que
546 possa, principalmente na legislação ambiental, facilitar a transformação do resíduo em
547 produto.” **Presidente Adriano Magalhães Chaves**: “Eu gostaria de lembrar que qualquer
548 conselheiro tem a delegação de competência para propor pautas para o Conselho e para as
549 Câmaras. Se o senhor entende que algum ponto é restritivo, eu tenho certeza de que vai
550 ser acolhido pelo Conselho e discutido do ponto de vista técnico, observando aquela
551 legislação, estadual ou federal, que porventura não temos como modificar e, sim, acatar
552 ou ajustar às nossas normativas. De qualquer forma, fica a lembrança de que os
553 conselheiros também podem propor qualquer discussão normativa.” **Conselheira Maria**
554 **Dalce Ricas**: “Eu gostaria de uma manifestação a respeito da liminar que o Ministério
555 Público conseguiu determinando que o governo disponibilize qualquer informação
556 imediatamente a qualquer cidadão no Sisema.” **Presidente Adriano Magalhães Chaves**:
557 “Esse é um tema sobre o qual estamos conversando com o Ministério Público. A Lei da
558 Informação está aí, clara, todas as informações são públicas, não há nada da Secretaria de
559 Meio Ambiente guardado a sete chaves. São todos processos públicos e estão à disposição
560 da sociedade. Porém, temos um sistema que funciona há muitos anos, que é o Siam, que
561 não foi preparado para a Lei de Informação, que é recente. Todas as informações estão à
562 disposição da sociedade na Secretaria. Há uma dificuldade de atender o posto na liminar,
563 e vamos fazer uma reunião na semana que vem para ver como atender os itens, já que os
564 sistemas não estão adequados à Lei de Informação. Ontem, na reunião com a Ufla, o
565 primeiro tema nosso foi uma priorização para colocarmos o Sisemanet para funcionar
566 ainda em 2014, de forma que traga uma facilidade maior de acesso à sociedade. Nós
567 concordamos com a proposta da liminar, agora a dificuldade é a temporalidade, e o
568 Judiciário não entendeu que o sistema posto não atende à Lei de Informação atual. Não
569 tem nem como mexer no Siam, então, nós temos que colocar o Sisemanet para funcionar.
570 De qualquer forma, nós atendemos a Lei de Informação, todos os dados são públicos e
571 estão à disposição da sociedade.” **Conselheiro Carlos Eduardo Ferreira Pinto**: “No que
572 se refere à compensação do Snuc, levantada por alguns conselheiros, foi relatado por
573 mim, na última reunião, que havíamos instaurado inquérito civil para apurar exatamente
574 esse contingenciamento, essa impossibilidade de utilização. No inquérito é muito difícil
575 abordar e fazer uma ingerência nessa autonomia do Estado de divulgação. Então, ficou
576 muito claro que é muito menos por atuação da Secretaria de Meio Ambiente, que no meu
577 entendimento adoraria poder utilizar todos os recursos ali disponibilizados. Qual foi a
578 nossa estratégia? Já que tem um recurso específico e gravado, nós vamos entrar com ações
579 de obrigação de fazer contra o Estado, em todas as Unidades de Conservação, de modo
580 que o Estado seja obrigado a estruturar. Se tem o recurso vinculado o Estado é obrigado a
581 estruturar. Já entramos com mais de 25 ações nas unidades, e ontem recebi a primeira
582 decisão, que foi do Parque Estadual de Cerca Grande, em Matozinhos, em que a juíza

583 fixou, por tutela antecipada, R\$ 50.000 de multa, sem prejuízo da responsabilidade por
584 improbidade administrativa; designação, no prazo de 90 dias, de um gerente e quatro
585 guarda-parques para atuação exclusiva no Parque Estadual de Cerca Grande; eleição e
586 posse do Conselho Consultivo; disponibilização ao parque, no prazo de 90 dias, de pelo
587 menos dois veículos novos, preferencialmente tracionados, para vistoria e vigilância; e a
588 remessa bimestral à juíza de todas as atas do Conselho Gestor e pareceres técnicos. Foi a
589 primeira que recebemos em razão da estratégia definida de se cobrar. Entendemos que não
590 é um ato discricionário do Estado. Quando ele cria unidade, ele deve, sim, fazer
591 implantação e regularização, sobretudo com esse recurso que existe, mas não pode ser
592 utilizado. Agora judicialmente terá que ser utilizado. No que se refere ao mapeamento, à
593 informação do desmatamento, eu sugiro que possamos fazer um encontro para que a SOS
594 Mata Atlântica apresente a metodologia. Na minha atuação, eu nunca vi algo tão
595 detalhado, tão específico e tão sério sendo feito e de muita confiabilidade. Trouxe essa
596 informação no ano passado, e resultou numa série de ações. Num caso específico, para se
597 ter uma ideia, num empreendimento no Jequitinhonha, foram 11.000 hectares de mata
598 atlântica suprimidos sem autorização. Isso foi comprovado pelo mapeamento por
599 imagem.” **Presidente Adriano Magalhães Chaves**: “Eu gostaria que essa reunião com a
600 SOS Mata Atlântica fosse pública, inclusive com a Secretaria sendo convidada, e que
601 abordasse não só Minas Gerais. Eu gostaria que se abrisse esse debate público, porque nós
602 divergimos da metodologia e dos dados da SOS Mata Atlântica, inclusive os dados
603 apresentados sobre Minas Gerais. Não há concordância nossa com essa metodologia.
604 Seria interessante discutir publicamente e comparar os dados. São Paulo praticamente não
605 é monitorado. Para a Bahia, alegam que 30% ou mais ficam sobre nuvem, então, que os
606 dados da Bahia não são consistentes. Então, colocam Minas como o Estado mais
607 desmatador da mata atlântica. Observar áreas urbanas que são consideradas lagos, que
608 tiveram queimadas... Eu acho que nós temos que nos preocupar com essa questão da
609 qualidade do dado, mas seria bom para Minas Gerais, até do ponto de vista de
610 transparência, nessa questão de desmatamento de mata atlântica, fazermos essa discussão
611 pública. O nosso espaço está aberto, e podemos, inclusive, pedir que a nossa equipe
612 organize isso.” **Conselheiro Fernando Antônio Freire Vieira**: “Quero enaltecer e
613 destacar como de suma importância as considerações expostas pelos conselheiros Tobias
614 e Luiz Henrique no sentido de serem constituídos Grupos de Trabalho para
615 conscientização das populações atingidas pela seca. Nessas regiões em que a chuva é
616 escassa, há necessidade de constituição de um Grupo de Trabalho, mas sempre um
617 trabalho conjunto com uma fiscalização rigorosa. Eu acho imprescindível a fiscalização,
618 não se pode deixar de lado essa questão da fiscalização, ela tem sempre que existir, para
619 aplicar aos que não têm consciência as penalidades impostas pela lei.”
620 **Contingenciamento de recursos**. **Presidente Adriano Magalhães Chaves**: “Eu acho
621 válidas as ações no sentido de pressionar o Estado para que se movimente e faça as
622 estruturas das UCs, mas eu me preocupo com a questão do tempo. Quando entra uma
623 ação em que temos que disponibilizar dois veículos e quatro guarda-parques,
624 conseguimos realocar. Quando entra uma ação, por exemplo, para comprar 100

625 camionetes e colocar 200 guarda-parques, tem um prazo de contratação e prazos legais
626 para compra que não vamos conseguir atender. Não temos dúvida de que o judiciário vai
627 dar provimento a esses pedidos, porque há comprovação das arrecadações destinadas a
628 isso. Ficamos só com a preocupação com relação ao atendimento dos prazos que advirão
629 dessas ações e que são impossíveis de se cumprir. Faço aqui um pedido à Seplag. Como
630 tenho insistentemente levado a preocupação do tema, a preocupação financeira na área de
631 meio ambiente ao governador em diversas reuniões, em todas as reuniões dos secretários e
632 em todas as reuniões periódicas, o Estado tem total conhecimento da situação financeira
633 na área ambiental, até porque não é um privilégio só da Secretaria de Meio Ambiente, mas
634 também das outras. Tenho informado à Renata e ao Colombini, à Secretaria de
635 Planejamento e à Secretaria da Fazenda, periodicamente, com relação à situação
636 financeira e às entregas que estão comprometidas e que precisam ser formalizadas e
637 concluídas ao longo deste ano, assim como foi ao longo de 2012 e de 2013. Mais do que
638 isso, considerando que o orçamento enviado à Assembleia Legislativa é público – nós
639 mandamos a nossa receita e o nosso orçamento. A nossa receita hoje, para conhecimento
640 dos conselheiros, é da ordem de R\$ 430 milhões. Sempre elaboramos o nosso
641 planejamento orçamentário baseado nessa receita da ordem de R\$ 430 milhões. Os
642 decretos de corte orçamentário são públicos, e o nosso limite orçamentário neste ano foi
643 de R\$ 172 milhões, sendo que o financeiro liberado até o momento foi de R\$ 83 milhões,
644 ou seja, o financeiro não é suficiente nem para suprir o nosso custeio. Realmente é difícil
645 fazer gestão e implementar as ações que são necessárias nesse nível. Ontem, inclusive, na
646 pactuação do acordo de resultados, mais uma vez, informei à Seplag dessa preocupação.
647 Eu tenho periodicamente notificado a Fazenda e a Seplag. Temos mais de 11 ofícios de
648 todas aquelas ações planejadas e que não foram cumpridas, de compensação ambiental,
649 pagamento do Bolsa Verde, projetos do Fhidro. Na totalidade do Fhidro, com relação aos
650 projetos aprovados pelo Grupo Coordenador, são recursos da ordem de mais de R\$ 80
651 milhões que não tiveram cumpridos os pagamentos. Há também recursos de convênios
652 que começaram e foram interrompidos. Isso está documentado e notificado. Então, eu
653 acho importante a participação da Seplag para que veja que o nosso discurso não é em
654 vão. Há um clamor da sociedade para que isso seja resolvido no curto prazo. E há
655 preocupação também de que não adianta esses recursos serem liberados em novembro ou
656 dezembro, porque depois não há tempo hábil para que consigamos realizar. Há um
657 compromisso da liberação de pelo menos R\$ 100 milhões para essas ações, e é importante
658 que seja superior ao custeio. Conforme já informado ao governador, à Fazenda e à Seplag,
659 precisamos de pelo menos mais R\$ 100 milhões. Aqui faço um alerta aos senhores. Não
660 adianta liberarmos também os R\$ 170 milhões que temos, por exemplo, na compensação
661 ambiental, que não conseguiríamos realizar tudo neste ano. Por mais boa vontade que
662 possamos ter, nós não teríamos condições operacionais para isso. Então é importante que
663 tenha um cronograma do desembolso dessas ações. Lembro da importância desse tema da
664 compensação ambiental, que a equipe continua mobilizada, apesar de não ter sido liberado
665 o recurso. Na pauta do mês de fevereiro foram R\$ 16 milhões pautados na CPB. Na pauta
666 que eu liberei anteontem foram mais R\$ 10 milhões. Ou seja, era um clamor também da

667 sociedade que fosse cobrada essa conta, e isso foi regulamentado em 2011 e continua hoje
668 numa das gerências mais organizadas e funcionando operacionalmente. Precisamos agora
669 realmente das contrapartidas, da liberação desses recursos.” Conselheira Mila Magalhães
670 Ribeiro: “Quero ressaltar que vamos levar mais uma vez essa questão das Unidades de
671 Conservação, porque sabemos que esses recursos da compensação ambiental são críticos
672 mesmo. Vamos levar esse pedido à Seplag, mais uma vez, e daremos retorno a vocês.” A
673 conselheira Maria Dalce Ricas propôs a aprovação de moção ao governador exigindo a
674 liberação dos recursos contingenciados e a explicação sobre a não liberação nem mesmo
675 dos recursos de custeio da SEMAD. O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do
676 Nascimento considerou que o modelo de gestão “está errado, pois concentrou um poder
677 muito grande na Seplag, que não dá satisfação à sociedade sobre os motivos de
678 contingenciamento e de corte de recursos”, e solicitou que a proposta de orçamento da
679 SEMAD seja encaminhada ao COPAM, para que possa se manifestar em caráter
680 consultivo, e à Assembleia Legislativa, para um envolvimento maior da sociedade. O
681 conselheiro José Antônio da Cunha Melo lembrou que o Plenário do COPAM já aprovou
682 moção sobre o tema e defendeu que fossem discutidas quais seriam as ações efetivas para
683 a resolução do problema de liberação dos recursos. “Temos que discutir o planejamento
684 de ações já que a moção não resolveu, o que efetivamente pode ser feito agora, inclusive
685 envolvendo a sociedade.” O presidente Adriano Magalhães Chaves afirmou que irá
686 conversar com os secretários da Fazenda e de Planejamento e Gestão e propor a realização
687 de uma reunião específica para discussão do tema orçamentário com os conselheiros. **4)**
688 **EXAME DA ATA DA 158ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COPAM.** Aprovada por
689 unanimidade a ata da 158ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política
690 Ambiental, realizada em 11 de dezembro de 2013. **5) GESTÃO DA FAUNA**
691 **SILVESTRE. Apresentação: IEF e SEMAD.** As equipes do IEF e da SEMAD fizeram
692 apresentação ao Plenário do COPAM das ações desenvolvidas pelo Estado relativas à
693 gestão da fauna em Minas Gerais. Após as exposições, a conselheira Maria Dalce Ricas
694 registrou propostas e fez questionamentos sobre o tema, conforme relatado a seguir.
695 Defendeu a integração dos trabalhos entre as diversas secretarias como uma das premissas
696 para a eficácia da gestão da fauna silvestre no Estado. Propôs que a discussão do tema
697 fosse ampliada para a sociedade e recomendou a criação de um Grupo de Trabalho ou de
698 uma comissão de acompanhamento para atuar permanentemente no sentido de oferecer
699 contribuições ao aprimoramento da gestão, não se restringindo aos órgãos de Estado.
700 Propôs ainda o estabelecimento de incentivos aos empreendedores que atuarem
701 efetivamente na gestão da fauna silvestre, citando o exemplo de concessão de um ou dois
702 anos adicionais na validade do licenciamento ambiental para as empresas que se tornarem
703 parceiras nessas ações. Também como contribuição para a efetividade da gestão da fauna
704 silvestre no Estado, a conselheira propôs que a fiscalização seja feita por amostragem e
705 que haja o máximo rigor nas punições aos infratores e um sistema que garanta o
706 recolhimento das multas aplicadas. O presidente Adriano Magalhães Chaves recomendou
707 que as propostas da conselheira fossem incluídas na discussão da revisão da Deliberação
708 Normativa nº 74, do COPAM. Como questionamentos às equipes do IEF e da SEMAD, a

709 conselheira Maria Dalce Ricas registrou: – Como está prevista a participação da Polícia
710 Militar de Meio Ambiente na gestão da fauna? – Como serão utilizados efetivamente, nos
711 processos de licenciamento ambiental e na política de gestão da fauna, os diagnósticos de
712 monitoramento e relatórios apresentados pelos empreendedores? Pelo adiantado da hora,
713 o presidente Adriano Magalhães Chaves determinou que a reunião prevista para o dia 2 de
714 abril seja iniciada com as respostas às indagações da conselheira. **6) SITUAÇÃO DA**
715 **REVISÃO DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 74/2004. Apresentação:**
716 **SEMAD.** Item sobrestado. **7) METODOLOGIA REFERENTE AO ZONEAMENTO**
717 **AMBIENTAL PRODUTIVO (ZAP). Apresentação: SEAPA e SEMAD.** Item
718 sobrestado. **8) PLANO DE ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE MINAS**
719 **GERAIS / ESCOPO E PROCESSO DE ELABORAÇÃO. APRESENTAÇÃO:**
720 **FEAM.** Item sobrestado. **9) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL DE REUNIÕES DO**
721 **PLENÁRIO DO COPAM EM 2014. APRESENTAÇÃO: SEMAD.** Aprovado por
722 unanimidade o calendário de reuniões do Plenário do COPAM, de acordo com a proposta
723 apresentada pela SEMAD. O Plenário aprovou ainda a convocação de reunião
724 extraordinária para o dia 2 de abril, às 9h, quando deverá ser dada continuidade à pauta
725 desta sessão. **10) ENCERRAMENTO.** Em seguida, não havendo outros assuntos a serem
726 tratados, o presidente Adriano Magalhães Chaves declarou encerrada a sessão, da qual foi
727 lavrada esta ata.

728
729 **APROVAÇÃO DA ATA**
730

731
732 **Presidente Adriano Magalhães Chaves**